

FHC ABRE PACOTE EM BUSCA DE APOIO

PRESIDENTE
REFORÇARÁ A
IDÉIA DE QUE
SETOR PÚBLICO
PAGARÁ A MAIOR
PARTE DA CONTA
NO AJUSTE FISCAL

246

Acabou o tempo. Anunciados os resultados da eleição e o novo mapa político do país, o governo começa a briga para levar em frente as medidas de ajuste. Base para o acordo com o Fundo Monetário Internacional e a liberação de um empréstimo de cerca de US\$ 30 bilhões ao Brasil, o pacote fiscal será apresentado em cadeia de rádio e TV provavelmente na quarta-feira.

O presidente deverá reforçar o discurso de que a conta será cobrada principalmente do setor público, preservando os baixos salários. Fará um esforço para ganhar, primeiro, o apoio da sociedade a medidas duras que, de alguma forma, vão bater no bolso de todos os brasileiros. Do lado da arrecadação, a maior parte será conseguida por meio do aumento da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e do desconto da Previdência Social no salário dos servidores ativos e inativos. Um terço dos R\$ 25 bilhões a serem obtidos pelo ajuste virão desses dois itens.

No sábado à noite, em São Paulo, o presidente afirmou que o ajuste não vai pesar sobre os mais pobres e assalariados. Fernando Henrique também assegurou que não haverá mudanças na contribuição previdenciária para os segurados do INSS (trabalhadores da área privada). "O ajuste é necessário e importante e faremos com que ele não caia sobre os pobres e os assalariados. Tenho muita confiança que tudo isso está sendo feito para que a taxa de juros caia rapidamente e o Brasil volte a crescer", disse.

GOVERNADORES

Foram horas a fio de reuniões. Agora, o cenário para a discussão das medidas se transfere dos gabinetes do Ministério da Fazenda, onde a equipe econômica passou mais este

fim de semana trancada, para o Congresso Nacional. Os líderes dos partidos da base de apoio governista serão convocados para uma reunião. E o presidente deverá conversar também com os governadores eleitos. Parte essencial do ajuste dependerá dos estados, com medidas de controle dos gastos que precisarão de muita negociação para ser aprovadas. Sobretudo diante de vitórias dadas como certas (pelas pesquisas de boca de urna) de candidatos como Itamar Franco (MG), Olívio Dutra (RS), Anthony Garotinho (RJ) e Cristovam Buarque (DF), todos eles de perfil oposicionista ao receituário do governo de combate à crise.

No Congresso, a resistência ao pacote está se organizando, inclusive entre os aliados do governo. O líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), se apressou em dar declarações condenando a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos. Deverá ter companhia. A medida

já foi recusada pelo Congresso outras vezes e deve ser uma das batalhas mais duras do governo. As reclamações da base também vão ser ouvidas na hora de cortar gastos. Parlamentares governistas vão tentar manter recursos para obras em seus estados. E a oposição poderá até se unir aos ministros da área social atingidos pela tesoura da equipe econômica, como José Serra (Saúde) e Paulo Renato (Educação).

A Central Única dos Trabalhadores fará reunião, a partir de amanhã, para discutir o pacote. Segundo o presidente da entidade, Vicente Paula da Silva, o Vicentinho, se o governo esperou pelo segundo turno das eleições para anunciar o pacote, o impacto deverá ser bem pior do que o previsto. "Queremos chamar os empresários à responsabilidade, queremos mostrar que eles têm um papel social importante e devem desempenhá-lo."

A TRAMITAÇÃO DAS MEDIDAS



MAIS FÁCEIS DE APROVAR

AUMENTO DE CPMF

Apesar das reclamações dos políticos contra o aumento dos impostos, a CPMF, segundo parlamentares, já não é surpresa para a população e seria melhor aceita. A proposta do governo é elevar a alíquota de 0,20% para 0,30%. Para facilitar a aprovação do aumento da alíquota, o governo propôs que a CPMF continue provisória até a aprovação da reforma tributária.

COFINS PARA BANCOS

O lobby dos bancos costuma ser forte, mas a medida não é impopular e pode ser aprovada devido à gravidade da crise. O governo já vem se articulando há algum tempo para aprovar essa medida no Congresso.

REFORMA ADMINISTRATIVA

O Congresso terá que votar duas leis complementares que regulamentam a reforma já aprovada. Elas permitirão aos estados e municípios ajustarem suas contas, demitindo servidores estáveis. Apesar de o Congresso não gostar de mexer na vida dos servidores, o princípio da demissão já é constitucional.

IMPOSTO DE RENDA

O governo vai propor apenas a manutenção da situação atual, cobrando uma alíquota de 27,5% para salários acima de R\$ 1,8 mil. Em novembro do ano passado, o Congresso aprovou o aumento da alíquota de 25% para 27,5% até 1999. O governo agora quer que ela vigore até 2001.

DEVEM ENFRENTAR RESISTÊNCIA

CORTES DE GASTOS

Os ministros vão reclamar, principalmente os da área social como José Serra (Saúde) e Paulo Renato (Educação). Parlamentares também vão tentar brigar por suas emendas. O governo quer cortar R\$ 8 bilhões nas despesas de custeio e investimento.

FUNCIONALISMO

A proposta de instituir a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores inativos já foi derrubada anteriormente pelo plenário da Câmara, sensível a qualquer medida que mexa no bolso dos aposentados. Também não será fácil aumentar o valor da contribuição dos funcionários para a previdência, de 11% para 15%.

INCENTIVOS FISCAIS E SUBSÍDIOS

Políticos das regiões Norte e Nordeste vão resistir e o governo depende dessas bancadas para outras votações. O governo já tentou cortar esses benefícios no pacote 51, mas teve que recuar nos pontos principais da proposta.

GATILHO

Os governadores e as bancadas dos estados não querem um instrumento federal para o controle de suas contas. O governo quer um mecanismo que freie repasses federais automaticamente sempre que os limites orçamentários forem ultrapassados.

